



PROGRAMA 218 GESTÃO PARTICIPATIVA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PROGRAMA 218 - GESTÃO PARTICIPATIVA

1 INTRODUÇÃO

O Programa 218 – Gestão Participativa, conforme o PPA-P vigente, possui 37 Compromissos, 112 Metas e 13 Indicadores, cuja execução envolve 16 Órgãos (Procuradoria Geral do Estado – PGE; Secretaria da Administração – SAEB, Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura – SEAGRI, Secretaria da Fazenda – SEFAZ, Casa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Secretaria da Saúde – SESAB, Secretaria da Segurança Pública – SSP, Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Secretaria de Relações Institucionais – SERIN, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – SEPROMI, Secretaria de Turismo - SETUR, Gabinete do Governador – GABGOV e Secretaria de Comunicação Social – SECOM) e 47 Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas.

Trata-se de um Programa cuja transversalidade é evidenciada nos 13 temas estratégicos associados à sua ementa, predominando os que tratam de **Gestão Governamental e Governança Socioeconômica** (presente nos 37 Compromissos), **Geração, Cidadania e Direitos Humanos** (presente em 5 Compromissos) e **Desenvolvimento Urbano e Rede de Cidades** (presente em 3 Compromissos).

Com relação às prioridades da Administração Pública, conforme estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO (Lei nº 13.727/2017), cabe registrar que o Programa não possui ações prioritárias associadas a seus Compromissos.

2 INDICADOR DE DESEMPENHO DO PROGRAMA

O Programa Gestão Participativa apresentou um **Bom Desempenho**, no Ano III de execução do PPA-P, considerando a data de corte 31/12/2018, com o Indicador de Desempenho de Programa (IDP) alcançando **77,87%**, o que corresponde ao Grau 3. Contribuíram para esse resultado os indicadores associados às duas dimensões de análise, conforme Quadro 1.

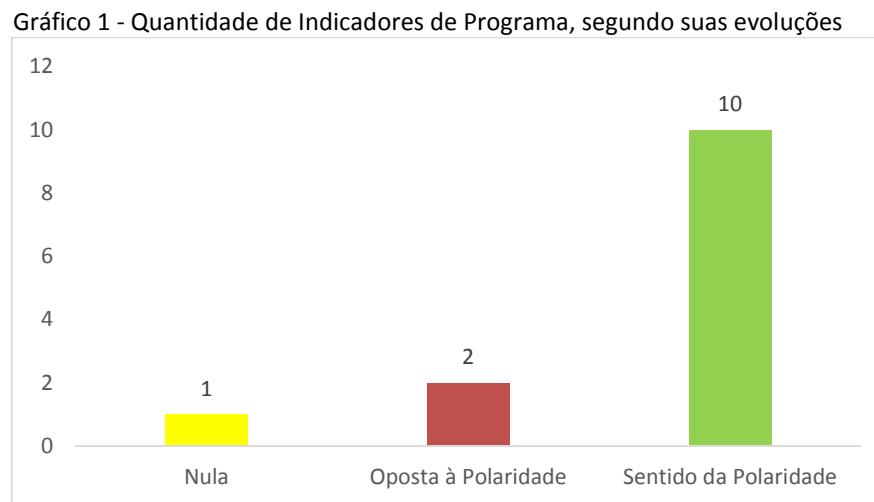
QUADRO 1 – Desempenho do Programa, segundo as Dimensões de Análise

Dimensão	Indicador	%	Grau	Situação
RESULTADO	Evolução dos Indicadores de Programas	80,77	3	BOM
	Eficácia das Metas do Programa	86,21	3	BOM
ESFORÇO	Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa	55,41	2	REGULAR

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

2.1 Análise da Dimensão Resultado do Desempenho

O Gráfico 1 apresenta a quantidade de Indicadores de Programa segundo suas evoluções. O desempenho do conjunto dos Indicadores do Programa reflete a evolução de 10 Indicadores no sentido da sua polaridade; dois apresentam evolução contrária à sua polaridade e um com evolução nula.



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

Os Indicadores que evoluíram no sentido da sua polaridade são:

- *IP1 - Índice de Aprimoramento do ZEE;*
- *IP2 - Índice de Atualização de Limites Territoriais;*
- *IP3 - Índice de Consolidação dos Processos do SEPEGE;*
- *IP4 - Índice de Provimento de Geoinformação para o Estado;*
- *IP5 - Índice do número de prestação de serviços online pelo DETRAN;*
- *IP6 - Nível de execução orçamentária do Poder Executivo Estadual;*
- *IP10 - Percentual da dívida ativa recuperada;*
- *IP11 - Proporção de microrregiões com rede de prestadores PLANSERV suficiente;*
- *IP12 - Proporção de municípios envolvidos em consórcios públicos multifinalitários; e*
- *IP13 - Proporção dos territórios de identidade com planos de desenvolvimento elaborados.*

Já os Indicadores abaixo relacionados enquadram-se nos desempenhos negativo e nulo, nessa ordem:

- *IP7 - Nível de satisfação do cidadão na avaliação do atendimento na Rede SAC;*
- *IP9 - Número índice da relação entre os gastos com medicamentos e o total de gastos do PLANSE**RV; e*
- *IP8 - Número de veículos de comunicação comunitários cadastrados como instrumentos de inclusão social.*

Os gráficos da Figura 1 apresentam o comportamento dos Indicadores do Programa Gestão Participativa, por exercício do PPA-P, considerando seus valores de referências e respectivas polaridades. Cabe salientar que todo esforço empreendido no PPA-P é verificado de forma cumulativa, implicando que os Indicadores podem seguir uma tendência temporal de evolução à medida que as entregas são realizadas. Observa-se que:

- IP1 e IP3 não evoluíram em relação ao valor de referência nos dois primeiros anos e somente no exercício 2018 apresentou uma evolução no sentido da sua polaridade;
- IP2 e IP13 não evoluíram em relação ao valor de referência no exercício de 2016, e a partir de 2017, apresentaram um comportamento ascendente no sentido da sua polaridade;
- IP4, IP9 e IP10 apresentaram evolução contrária a sua polaridade no exercício de 2016, e a partir de 2017, apresentaram um comportamento ascendente no sentido da sua polaridade;
- IP5 evolui no sentido da sua polaridade nos três exercícios do PPA, ultrapassando o seu valor de referência. Observa-se, porém, que não mantém um padrão no período, com uma elevação no valor medido entre 2016 e 2017, e se aproximando, em 2018, do valor registrado no ano de 2016;
- IP6, IP11 mantêm uma evolução no sentido das suas polaridades nos três exercícios (2016, 2017 e 2018), exibindo um aumento no valor medido em cada ano;
- IP7 registrou um comportamento contrário à sua polaridade nos três exercícios analisados. Observa-se, também, uma tendência decrescente deste indicador, ficando a cada exercício mais distante do seu valor de referência.
- O IP8 apresentou evolução nula durante os três exercícios.
- IP12 mantém uma evolução no sentido da sua polaridade nos três exercícios (2016, 2017 e 2018), mantendo-se constante nos dois primeiros exercícios (2016 e 2017) e apresentando um tímido crescimento no exercício 2018;

Figura 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (continua)

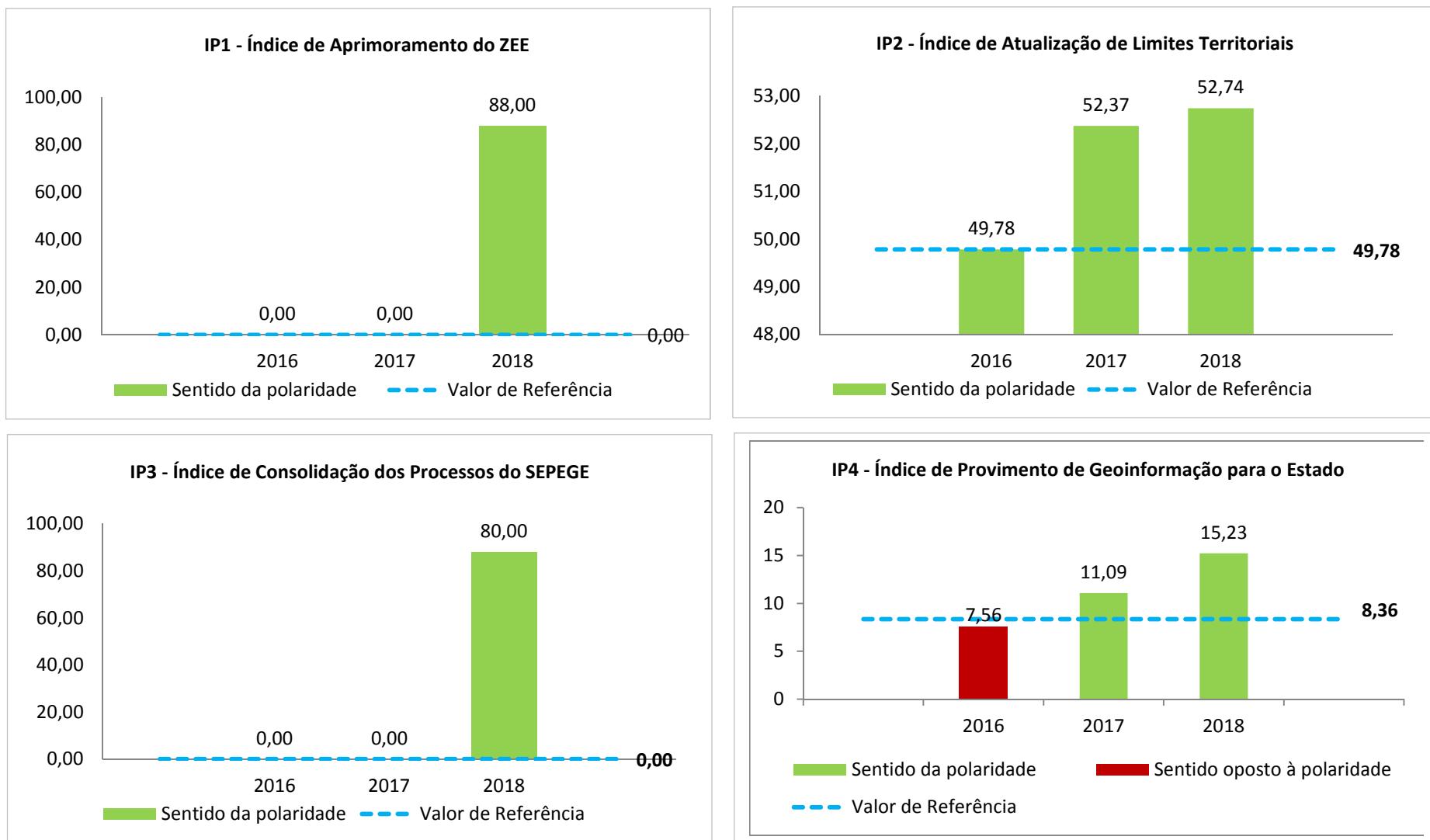


Figura 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (continua)

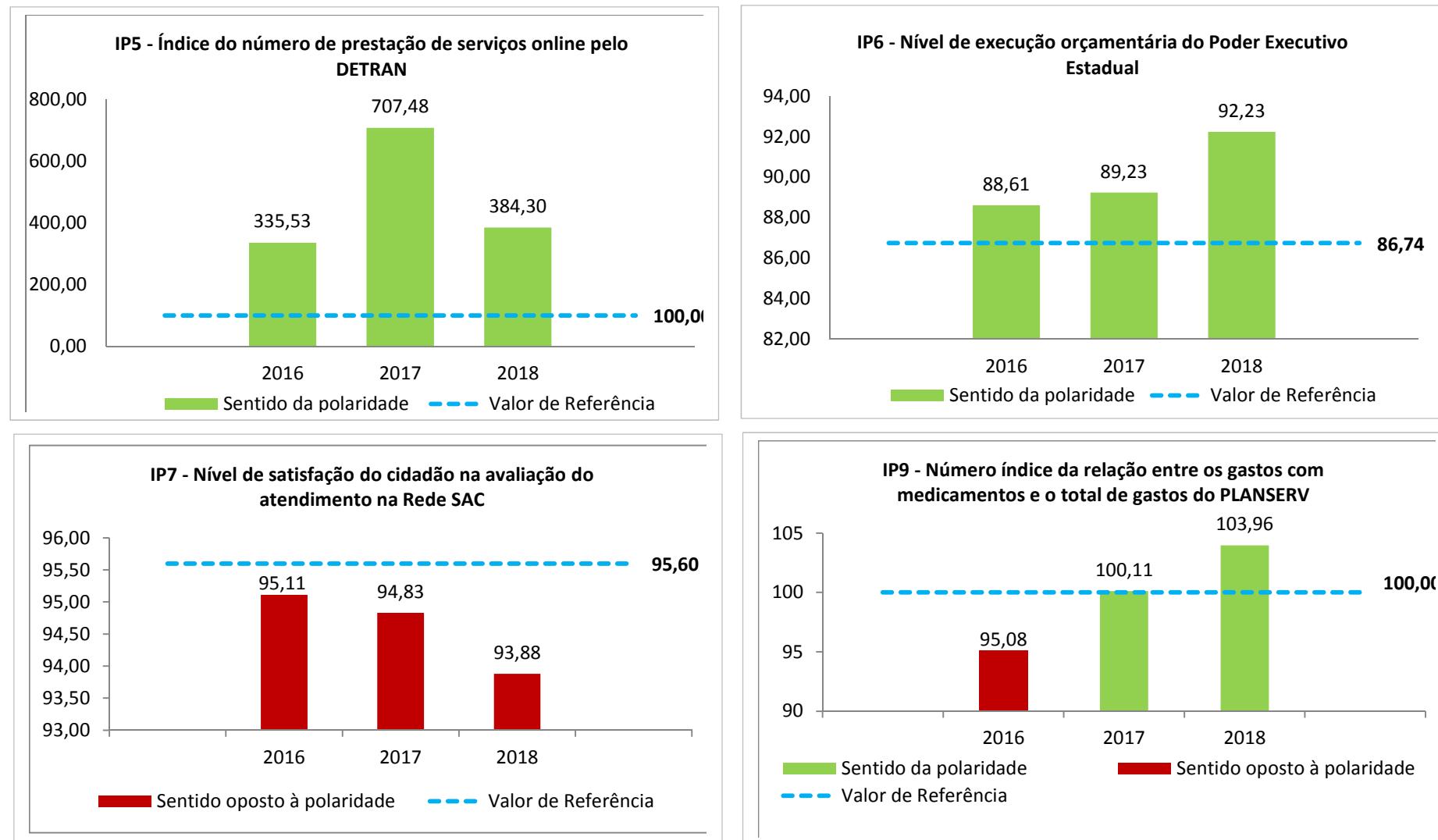
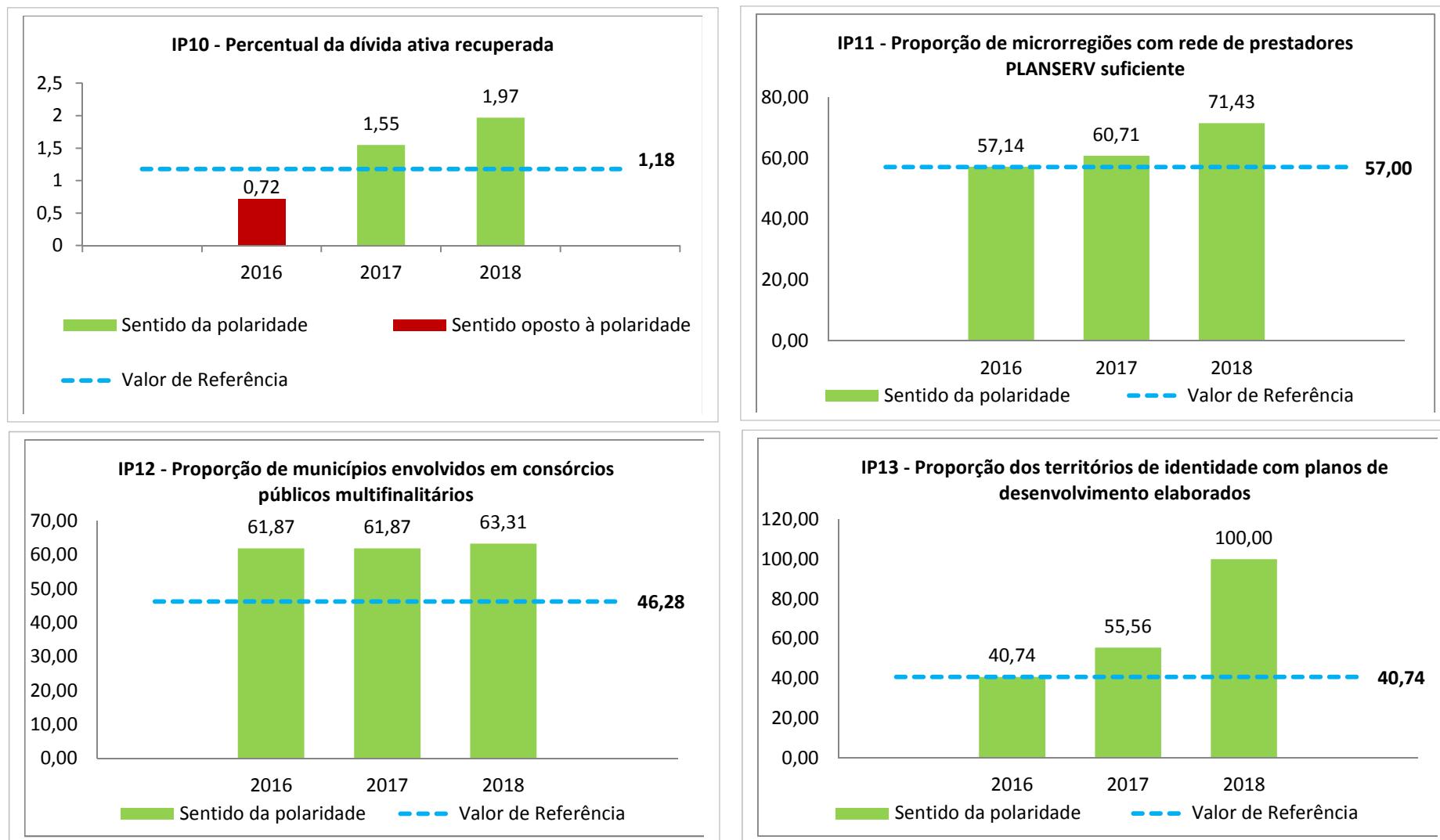


Figura 1 – Comportamento dos Indicadores de Programa: Exercícios 2016, 2017 e 2018 (conclusão)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Dentre os comentários sobre a evolução dos Indicadores, apresentados pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis, destaca-se, a ocorrência de novas oportunidades ou a alteração nas formas de atuação como aspectos que contribuem para a evolução no sentido de sua polaridade. Por outro lado, a dificuldade na medição do Indicador e impedimentos de ordem legal estão entre as explicações sobre a evolução dos Indicadores no sentido contrário da sua polaridade.

De acordo com a Ficha Técnica dos Indicadores de Programa – PPA 2016-2019, dos 37 Compromissos do Programa Gestão Participativa, apenas 12 estão associados a Indicadores, o que sinaliza uma baixa representatividade do conjunto dos Indicadores. Ou seja, 25 Compromissos não possuem vinculação com qualquer Indicador, ainda que possam contribuir, em certa medida, para a sua evolução, mas não há indicativo nesse sentido. Destaca-se que, mesmo que elementos externos ao Programa possam influenciar seus Indicadores, é desejável que os Indicadores de Programa sejam sensibilizados, direta ou indiretamente, pelo conjunto de objetivos expressos em seus Compromissos, por meio da execução das suas Metas.

O Quadro 2 apresenta a evolução dos Indicadores do Programa e o comportamento das Metas dos Compromissos aos quais estão vinculados. Nota-se que a evolução de cinco Indicadores é compatível com o comportamento das Metas relacionadas, a saber:

- IP5: evolução positiva e sensibilizado pelo Compromisso *C40 - Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada os serviços do departamento estadual de trânsito - Detran, previstos no Código Nacional de Trânsito – CNT*, cujo desempenho de duas de suas metas 3 Metas apresenta execução igual ou superior a 90%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4;
- IP6: evolução positiva e sensibilizado pelos Compromissos *C8 - Aprimorar a gestão dos recursos financeiros do estado, para viabilizar a execução das políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público* e *C9 - Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal*, cujo desempenho de suas únicas Metas apresentam execução igual ou superior a 90%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4;
- IP10: evolução positiva e sensibilizado pelos Compromissos *C5 - Ampliar a assistência à saúde dos beneficiários do Planserv, priorizando a qualificação dos serviços e a interiorização do acesso* e *C9 - Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal*, com suas Metas apresentando execução igual ou superior a 100%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4;
- IP11: evolução positiva e sensibilizado pelo Compromisso *C47 - Ampliar a assistência à saúde dos beneficiários do Planserv, priorizando a qualificação dos serviços e a interiorização do acesso*, cujo desempenho de três das suas 4 Metas apresentam execução igual ou superior a 90%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4; e
- IP13: evolução positiva e sensibilizado pelo Compromisso *C28 - Promover o consorciamento de municípios, com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de serviços públicos, em cooperação com o estado*, cujo execução de sete das suas 9 Metas é igual ou superior a 100%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4.

QUADRO 2 - Evolução dos Indicadores do Programa e o comportamento das Metas dos Compromissos vinculados

Indicador	Evolução em 2018	Compromisso que Sensibiliza	Quantidade de Metas					
			Total	Grau de Eficácia*				
				Não se Aplica	1	2	3	4
IP1	Positiva	C37 - Promover o ordenamento territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE	11	6	-	-	-	5
IP2 e IP4	Positiva	C23 - Prover o estado de geoinformação oficial de referência e temática, de qualidade e em escalas compatíveis com os temas relacionados, visando atender as demandas dos projetos e ações do governo e sociedade civil	7	2	2	-	2	1
IP3	Positiva	C27 - Implantar o sistema estadual de planejamento e gestão estratégica, com o aprimoramento dos seus processos, a integração das funções do ciclo de planejamento e o fortalecimento da dimensão territorial, da participação social e da atuação em rede	1	1	-	-	-	-
IP5	Positiva	C40 - Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada os serviços do departamento estadual de trânsito - Detran, previstos no Código Nacional de Trânsito - CNT	3	-	1	-	-	2
IP6	Positiva	C8 - Aprimorar a gestão dos recursos financeiros do estado, para viabilizar a execução das políticas públicas, mantendo o equilíbrio fiscal e contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade do gasto público	1	-	-	-	-	1
		C9 - Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal	1	-	-	-	-	1
IP7	Negativa	C13 - Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na imensoalidade do atendimento	10	-	-	-	1	9
IP8	Nula	C2 - Promover a democratização da comunicação na perspectiva da universalização do direito à informação, educação e cultura	4	-	1	-	-	3
IP9	Negativa	C47 - Ampliar a assistência à saúde dos beneficiários do Planserv, priorizando a qualificação dos serviços e a interiorização do acesso	4	1	-	-	-	3
IP11	Positiva			-	-	-	-	-
IP10	Positiva	C5 - Aperfeiçoar a cobrança judicial e extrajudicial de débitos tributários e não tributários, permitindo a recuperação dos créditos	1	-	-	-	-	1
		C9 - Otimizar as receitas tributárias, melhorando a produtividade da fiscalização, fortalecendo a recuperação do crédito tributário e disseminando a política de educação fiscal	1	-	-	-	-	1
IP12	Positiva	C29 - Promover o consorciamento de municípios, com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de serviços públicos, em cooperação com o estado	5	2	-	1	-	2
IP13	Positiva	C28 - Promover a governança territorial, com o suporte aos espaços de participação e concertação e o acompanhamento da política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia	9	1	1	-	-	7

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

*Grau de Eficácia: 1 (Insuficiente); 2 (Regular); 3 (Bom); e 4 (Ótimo).

Por outro lado, a evolução dos Indicadores sinalizados na sequência não apresenta a mesma coerência em relação ao comportamento das Metas relacionadas:

- IP1: evolução positiva e associado ao Compromisso C37 - *Promover o ordenamento territorial, por meio do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE*, com 6 das suas 11 Metas na situação “Não se Aplica”;
- IP2 e IP4: ambos com evolução positiva e sensibilizadas pelo Compromisso C23 - *Prover o estado de geoinformação oficial de referência e temática, de qualidade e em escalas compatíveis com os temas relacionados, visando atender as demandas dos projetos e ações do governo e sociedade civil*, com 4 das suas 7 Metas encontrando-se no Grau de Eficácia 1 e na situação “Não se Aplica”;
- IP3: evolução positiva e vinculado ao Compromisso C27 - *Implantar o sistema estadual de planejamento e gestão estratégica, com o aprimoramento dos seus processos, a integração das funções do ciclo de planejamento e o fortalecimento da dimensão territorial, da participação social e da atuação em rede*, visto que sua única Meta está na situação “Não se Aplica”;
- IP7: evolução negativa e sensibilizado pelo Compromisso C13 - *Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na impessoalidade do atendimento*, cuja execução das suas 10 Metas é igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4;
- IP8: evolução nula e vinculado ao Compromisso C2 - *Promover a democratização da comunicação na perspectiva da universalização do direito a informação, educação e cultura*, visto que 3 de suas 4 Metas apresentam execução igual ou superior a 90%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4;
- IP9: evolução negativa e sensibilizado pelo Compromisso C47 - *Ampliar a assistência à saúde dos beneficiários do Planserv, priorizando a qualificação dos serviços e a interiorização do acesso*, com 3 das suas 4 Metas apresentando execução igual ou superior a 90%, (Grau de Eficácia 4); e
- IP12 com evolução positiva, , vinculado ao Compromisso C29 - *Promover o consorciamento de municípios, com vistas ao planejamento, à regulação e à execução de serviços públicos, em cooperação com o Estado*, visto que das suas 5 metas, 2 estão na situação Não se Aplica, uma meta está enquadrada no Grau de Eficácia 2 e duas Metas estão enquadradas no Grau de Eficácia 4. Observa-se, também, que uma das Metas enquadrada no Grau de Eficácia 4, possui uma maior aderência ao Indicador, que diz respeito à ampliação da quantidade de consórcios públicos formados e estruturados, que possivelmente pode ter influenciado no resultado positivo do indicador.

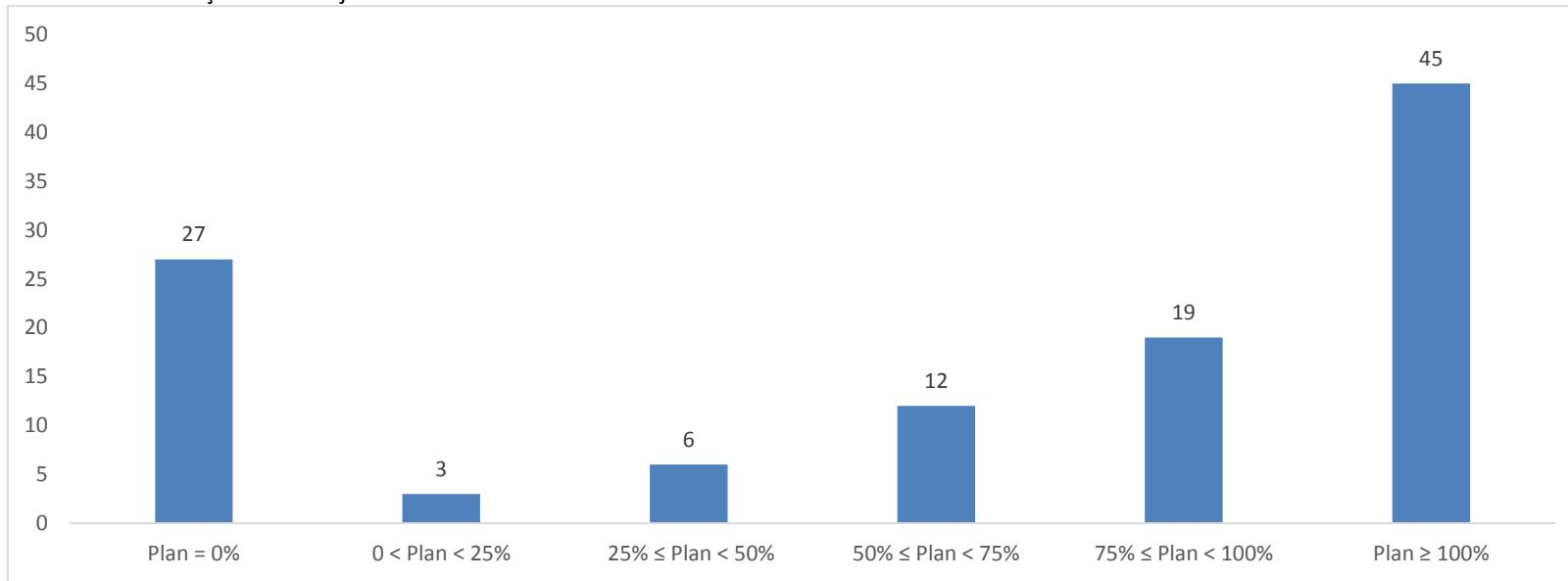
Vale registrar que esse componente do Programa foi revisado, resultando na definição de sete novos Indicadores, que passaram a ter vigência a partir de 2018. São eles: IP1, IP2, IP3, IP4, IP5, IP9 e IP11.

O Gráfico 2 apresenta a situação do Planejamento das Metas¹, no Ano III do PPA-P 2016-2019. A definição dos intervalos considera que, sendo 4 anos o período de realização do PPA, o valor anual de referência para o planejamento de uma Meta corresponde, em geral, a 25%, o que permite definir a faixa referencial de projeção no ano III em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Dessa forma, tem-se que 36 Metas (32,14% do

¹ Planejamento da Meta corresponde à pretensão anual da Meta quadrienal, declarada pelo gestor responsável, no início do exercício, no âmbito do Processo de Monitoramento do Programa.

total) apresentam valor planejado, até 2018 (Ano III do PPA-P 2016-2019), inferior a 50% do valor previsto no PPA-P, das quais 27 estão com planejamento “zero”.

GRÁFICO 2 – Situação do Planejamento da Meta no Ano III do PPA-P 2016-2019

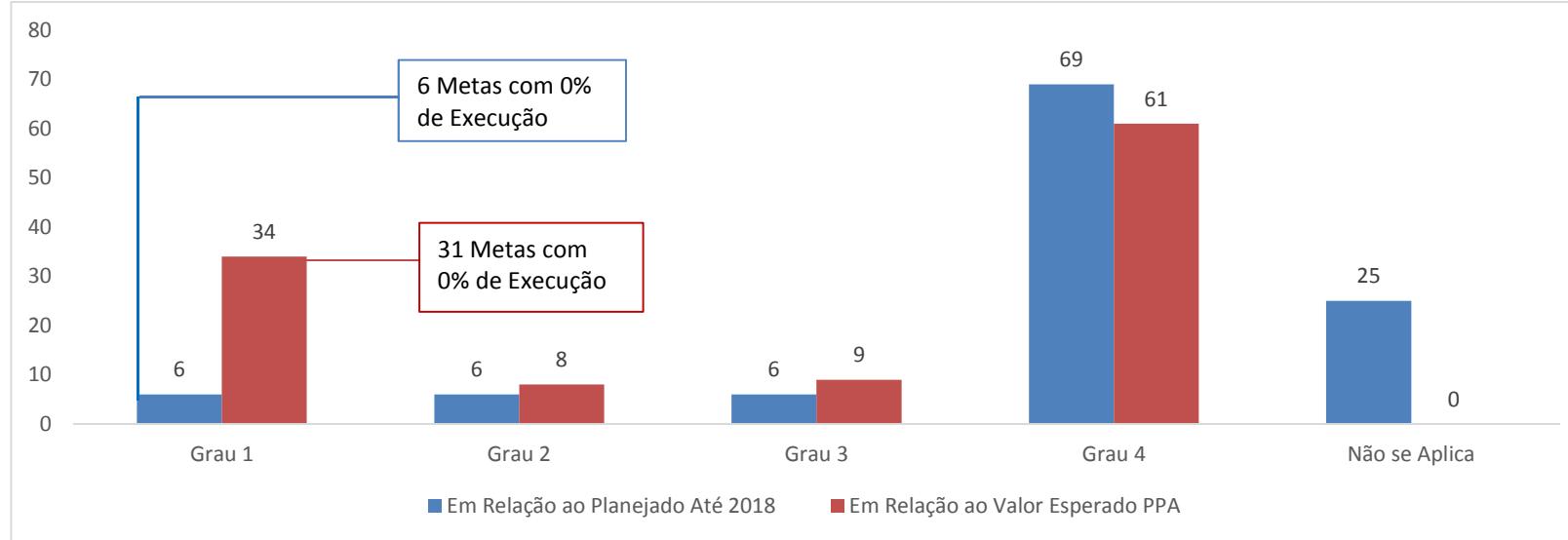


Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

No que se refere ao Indicador da Eficácia das Metas do Programa, observa-se o seguinte comportamento com relação ao valor planejado para 2018, conforme demonstrado no Gráfico 3:

- 69 Metas (61,61%) exibem uma execução igual ou superior a 90%, com Grau de Eficácia 4 (Ótimo), dentre as quais 46 (41,07% do total de Metas) têm execução igual a 100% e 16 (14,29% do total de Metas), uma execução superior a 100%;
- 6 Metas (5,36%) estão com execução igual ou superior a 60% e inferior a 90%, com Grau de Eficácia 3 (Bom);
- 12 Metas (10,71%) apresentam uma execução abaixo de 60%, com Graus de Eficácia 1 (Insuficiente) ou 2 (Regular); e
- 25 Metas (22,32%) estão enquadradas na situação “Não se Aplica”, considerando não ter sido planejada qualquer execução até o exercício de 2018 e, dentre estas, 11 (9,82% do total de Metas) podem ser definidas como Metas com alcance exclusivamente no último ano do PPA-P. Isso implica que o registro da sua apuração será realizado apenas no momento da conclusão, o que inviabiliza o conhecimento sobre o que ocorre entre o inicio da execução da Meta e a sua finalização.

Gráfico 3 – Grau de Eficácia das Metas* do Programa



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105 (data de corte 31/12/2018), elaboração DAV/SMA, 2018.

*Conceito atribuído com base na execução da Meta, considerando a métrica:

Valor	Grau 1 (Insuficiente)	Grau 2 (Regular)	Grau 3 (Bom)	Grau 4 (Ótimo)
Planejado 2018	%Exec < 30	30 ≤ %Exec < 60	60 ≤ %Exec < 90	%Exec ≥ 90
PPA	%Exec < 25	25 ≤ %Exec < 50	50 ≤ %Exec < 75	%Exec ≥ 75

As explicações apresentadas pelas respectivas Unidades Setoriais de Planejamento – USP responsáveis por Metas, cuja execução foi superior a 100%, são predominantemente: i) a ocorrência de oportunidades e parcerias não vislumbradas no momento do planejamento; e ii) demandas não previstas inicialmente. Por sua vez, as explicações apresentadas para as situações com execução inferior a 60% estão, especialmente, associadas a: i) impedimento de ordem legal; ii) insuficiência de recursos; e iii) dependência da demanda de outros órgãos.

Com relação às Metas enquadradas na situação “Não se Aplica”², os registros constantes no campo “Observações sobre a Meta”, no Fiplan. Trazem as seguintes observações:

- 9 Metas estão em andamento;
- 3 Metas estão suspensas;
- 1 Meta será executada em 2019;
- 1 Meta está com dificuldades de realização;

² “Não se Aplica”: Metas que não tiveram pretensão declarada em 2018 e nem execução até o exercício em análise (2018).

- 3 Metas não apresentam quantitativo previsto para o exercício de 2018.

Por seu turno, ao analisar o comportamento das Metas em relação ao valor esperado para o PPA-P, considerou-se que, sendo quatro anos o período da sua execução, o valor anual de referência para a execução de uma Meta pode ser o correspondente a 25%, o que permite definir a faixa referencial de alcance da Meta no ano III da sua execução em torno de 75%, ressalvadas as especificidades cabíveis. Desse modo, ao comparar o valor apurado da Meta em 2018 com o valor esperado para o PPA-P, verifica-se a seguinte situação, também representada no Gráfico 3:

- 61 Metas (54,46%) apresentam uma execução igual ou superior a 75%;
- 17 Metas (15,18%), com execução igual ou superior 25% e inferior a 75%; e
- 34 Metas (30,36%) estão com execução inferior a 25%, observando que destas, 6 (5,36% do total de Metas) se encontram com 0% de execução no ano III do PPA-P e contemplam todas aquelas 25 Metas enquadradas na situação “Não se Aplica”.

A Dimensão Resultado do Desempenho registra um bom comportamento dos seus indicadores, favorecendo o resultado geral do Programa. A Em que pese a Evolução dos Indicadores do Programa apresentar um bom resultado, a sua representatividade é baixa. Considerando as 57 Metas relacionadas aos 12 Compromissos associados diretamente aos Indicadores de Programa, 38 apresentam uma execução igual ou superior a 60%, enquadrando-se nos Graus 3 e 4 em relação à sua Eficácia. Por sua vez, a Eficácia das Metas registra uma boa performance, considerando o valor esperado ao final do PPA-P, 62,50% do total de Metas apresentam um resultado satisfatório, enquadrando-se nos Graus de Eficácia 3 e 4.

2.2 Análise da Dimensão Esforço do Desempenho

Para a análise dessa Dimensão, cabe apresentar os quatro conceitos que são utilizados na metodologia da Avaliação de Desempenho de Programas do PPA-P, detalhada no Anexo 1 deste relatório, que trata da Metodologia da Avaliação. São eles:

- **Execução Orçamentário-Financeira** – obtida a partir da relação entre os Valores Liquidado e Orçado Atual, subtraído do Valor Contingenciado, de cada exercício, a partir do qual é atribuído um grau para cada Compromisso do Programa;
- **Média da Execução Orçamentário-Financeira** – fornece a média da **Execução Orçamentário-Financeira** de cada Compromisso, dos três exercícios em análise (2016, 2017 e 2018);
- **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – valor padronizado que expressa a relação entre a soma dos Graus de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, em cada exercício; e
- **Média do Indicador de Execução Orçamentário-Financeira** – expressa a média do **Indicador de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos dos Programas**.

Com relação ao Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa, em cada exercício, este foi **59,60%** em 2016, **55,21%** em 2017 e **51,43%** em 2018, resultando na média de **55,41%**.

Considerando o montante de recursos do Orçamento Atual, para os três exercícios, e seus respectivos valores liquidados, conforme Gráfico 4, o Programa apresenta a seguinte execução orçamentário-financeira (Gráfico 5):

- 2016: 75,82%;
- 2017: 74,98%; e
- 2018: 77,35%.

GRÁFICO 4 - Valores orçados e liquidados do programa, por exercício

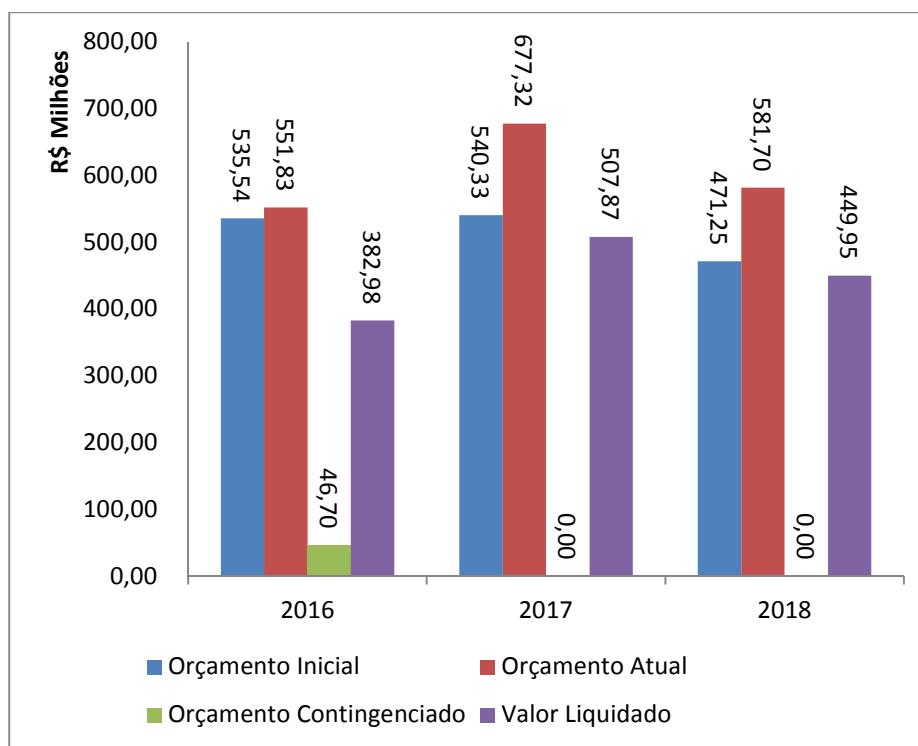
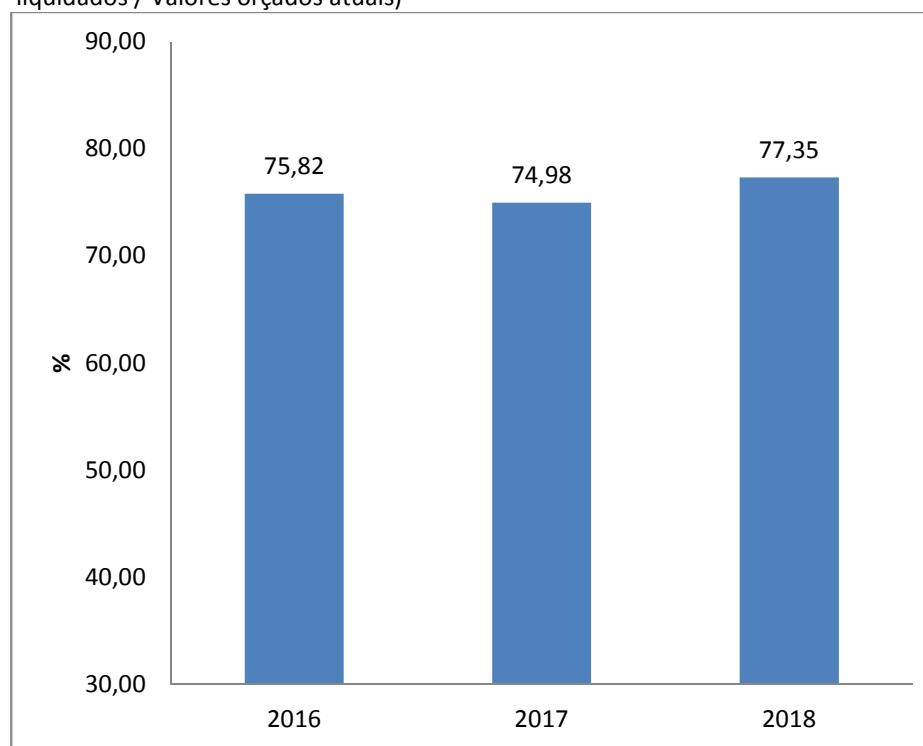


GRÁFICO 5 - Execução orçamentário-financeira do programa, por exercício (Valores liquidados / Valores orçados atuais)

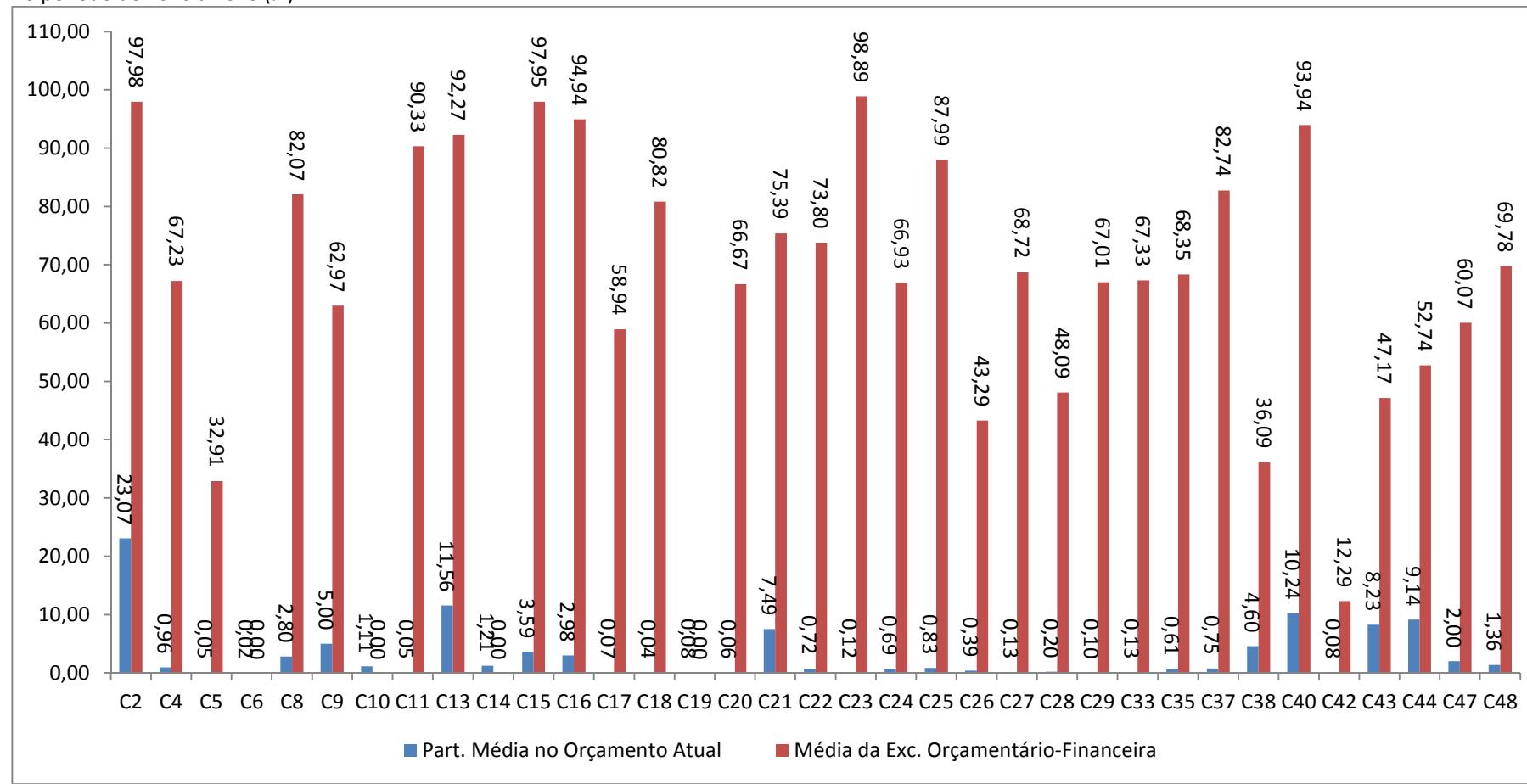


Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Apesar do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira, em cada exercício, ser influenciado diretamente pelo nível de execução orçamentário-financeira dos Compromissos, cabe detalhar a média de programação e execução orçamentárias do Programa por Compromisso. Nessa perspectiva,

o Gráfico 6 relaciona a participação média dos Compromissos no Orçamento Atual e a Execução Orçamentário-financeira, em média, no período 2016 a 2018.

GRÁFICO 6 - Relação entre Média de Participação no Orçamento Atual e Média de Execução Orçamentário-Financeira dos Compromissos do Programa, no período de 2016 a 2018 (%)



Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

Observa-se que a maioria dos Compromissos do Programa Gestão Participativa apresentam baixa participação média no Orçamento Atual, no período analisado (2016 a 2018). Por outro lado, o nível de execução orçamentário-financeira, para a maioria dos Compromissos, é superior a 60%, o que contribui positivamente para o desempenho da Dimensão Esforço, ainda que este tenha sido regular.

Também se verifica, no Gráfico 6, que cinco Compromissos apresentam, em média, uma participação muito baixa na programação orçamentária, dos quais apenas um deles registram uma execução orçamentário-financeira diferente de zero. Apesar disso, todos possuem Metas com algum grau de execução, conforme se segue:

- *C6 - Promover a prevenção e redução da litigiosidade, diminuindo os conflitos envolvendo a administração pública*: sem execução orçamentária nos três exercícios analisados, em média, com sua única Meta apresentando Grau de Eficácia 4;
- *C10 - Modernizar a Empresa Gráfica da Bahia - EGBA, tornando seu processo produtivo mais eficiente e eficaz*: sem execução orçamentária nos três exercícios, em média, com duas Metas enquadradas no Grau de Eficácia 4 e na situação “Não se Aplica”;
- *C14 - Intensificar o uso de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC para facilitar o acesso à informação e qualificar a prestação de serviços públicos*: sem execução nos três exercícios, em média, e suas duas Metas enquadradas nos Graus de Eficácia 3 e 4;
- *C17 - Promover mecanismos de integração de informações institucionais*: sem execução orçamentária apenas no exercício de 2017 e suas duas Metas se distribuem no Grau de Eficácia 4 e na situação Não se Aplica; e
- *C19 - Aperfeiçoar os processos organizacionais, para melhorar a qualidade dos serviços prestados*: com contingenciamento total do valor alocado no exercício de 2016 e sem execução orçamentária em 2017 e 2018, com sua única Meta apresentando Grau de Eficácia 4.

Vale destacar o fato de dois Compromissos do Programa (*C34 - Viabilizar junto a organismos nacionais e internacionais, financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, promovendo o desenvolvimento econômico e social do Estado e C46 - Implementar um processo de gestão da estratégia formalizado e permanente para acompanhamento de resultados e avaliação de desempenho*) não possuírem programação orçamentária nos três exercícios de execução do PPA-P, de modo que foram considerados 35 Compromissos para o cálculo desse Indicador.

Por outro lado, seis Compromissos concentram o maior volume de recursos, sendo responsáveis por 69,73% do Orçamento Atual do Programa, considerando-se a média do período (2016 a 2018). O Quadro 3 apresenta o comportamento desses Compromissos com maior participação, nos três exercícios, e o desempenho das Metas a eles associadas, com base no valor planejado até 2018, relacionando, ainda, à média de execução orçamentário-financeira no período. Observa-se que são responsáveis, conjuntamente, por apenas 16,96% das Metas do Programa Gestão Participativa, cujo desempenho das maioria das Metas apresenta execução igual ou superior a 90%, enquadrando-se no Grau de Eficácia 4. Vale observar que, o Compromisso *C43 - Modernizar institucionalmente os órgãos do Executivo, mediante o aporte de novas tecnologias de gestão* não possui Metas associadas, apenas, uma iniciativa de “*Promover a modernização institucional de órgãos públicos*”. Quando considerado o valor esperado ao final do PPA-P 2016-2019, o comportamento apresentado no Quadro 3 não sofre alterações significativas.

QUADRO 3 - Comportamento das Metas dos Compromissos com maior nível de participação no orçamento atual do Programa

Compromisso	MÉDIA DE PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO ATUAL (%)	MÉDIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA (%)	QT	METAS					GRAU DE EFICÁCIA PPA*			
				GRAU DE EFICÁCIA 2018					GRAU DE EFICÁCIA PPA*			
				1	2	3	4	NSA	1	2	3	4
C2 - Promover a democratização da Comunicação na perspectiva da universalização do direito a informação, educação e cultura	23,07	97,98	4	1	0	0	3	0	1	0	0	3
C13 - Aprimorar a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, com ênfase na desburocratização, na simplificação de processos e na imponibilidade do atendimento	11,56	92,27	10	0	0	1	9	0	0	1	1	8
C21 - Fortalecer a gestão de pessoas através da modernização de seus processos e da qualificação do servidor público	7,49	75,39	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1
C40 - Disponibilizar aos cidadãos, com qualidade, de forma ágil e descentralizada os serviços do Departamento Estadual de Trânsito - Detran, previstos no Código Nacional de Trânsito - CNT	10,24	93,94	3	1	0	0	2	0	1	0	0	2
C43 - Modernizar institucionalmente os órgãos do Executivo, mediante o aporte de novas tecnologias de gestão*	8,23	47,17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C44 - Fortalecer o suporte organizacional para as ações de gestão fazendária e a transparência fiscal	9,14	52,74	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Total	69,73	-	19	2	0	1	15	1	3	1	1	14

Fonte: Fiplan, Relatório M&A 105, 21/12/2018 (data de corte Avaliação: 31/12/2018).

*O Compromisso não possui Metas associadas.

O resultado alcançado pela Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa é relativamente baixo (55,41%), mas o seu impacto no IDP do Programa Gestão Participativa é suavizado pela melhor performance dos indicadores associados à Dimensão Resultado do Desempenho (Evolução dos Indicadores e Eficácia das Metas do Programa). Isto porque, por se tratar do indicador representativo da Dimensão Esforço do Desempenho, o seu peso é menor no cálculo do IDP. Entretanto, essa contribuição poderia ter sido mais significativa, caso o nível de execução orçamentário-financeira do Programa fosse mais expressivo. Vale lembrar que o nível da execução orçamentário-financeira do Programa é influenciado pelo comportamento de cada Compromisso do Programa. Nesse sentido, os Compromissos com pouca representatividade no valor total

do Orçamento Atual e com baixa execução orçamentário-financeira contribuem para o resultado relativamente baixo da Média do Indicador da Execução Orçamentário-Financeira do Programa.

3 CONCLUSÃO

Apesar do Programa Gestão Participativa apresentar um **Bom Desempenho**, dois pontos merecem atenção. O primeiro diz respeito ao fato de, aproximadamente, 22,32% das suas Metas se encontrarem na situação “Não se Aplica” no terceiro ano de execução do PPA-P. A forma de conceber algumas Metas pode ter contribuído para esse comportamento, impossibilitando a observação do que ocorre entre o início da execução destas Metas e a sua conclusão. Outro ponto refere-se à concentração do Orçamento Atual em poucos Compromissos, mesmo com a perspectiva de que em um Programa de Gestão as realizações possam ocorrer sem programação orçamentária, possibilitando resultados relativamente satisfatórios, do ponto de vista das entregas programadas no âmbito das suas Metas.

Por fim, cabe salientar que no contexto do Programa Gestão Participativa ocorrem ações importantes que, em um ambiente de crise econômica e política, conduzem à melhor gestão dos recursos financeiros, contribuindo para: o controle das contas públicas; a disseminação da política de educação fiscal; a otimização das receitas tributárias; a promoção de projetos especiais propulsores do desenvolvimento econômico e social sustentável; o aprimoramento dos processos de planejamento e gestão estratégica; a promoção da governança territorial. Nesta perspectiva, merecem destaque as seguintes ações:

- a gestão fiscal dos recursos por meio da Coordenação de Qualidade do Gasto Público;
- a implantação de melhorias na sistemática de Estimativa da Receita;
- o projeto Nota Premiada Bahia;
- a gestão do Projeto Sistema Viário Oeste-Leste (SVO) - Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, com a conclusão das etapas de reestruturação da modelagem econômico-financeira;
- a implantação do Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégica (Sepege), com integração dos seus processos;
- a conclusão da primeira etapa do planejamento estratégico de longo prazo do Estado, o Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI Bahia 2035;
- a implantação da Agenda Territorial da Bahia (AG-TER), com a instalação do Comitê Territorial da Agenda - CTA no Território de Identidade Bacia do Rio Grande; e
- a inauguração da Superintendência de Atendimento ao Cidadão - SAC nos municípios de Simões Filho, Jaguaquara e Itamaraju, beneficiando, aproximadamente, 500 mil habitantes;
- implantação das 13 unidades do SAC: Guanambi, Ribeira do Pombal, Euclides da Cunha, Barra da Estiva, Xique-Xique, Bom Jesus da Lapa, Cocos, Jeremoabo, Ipiaú, Itapetinga, Simões Filho, Jaguaquara e Itamarajú;
- implantação da Rádio Web SECOM;
- lançamento da revista Terra Mãe - 4º edição;
- aumento de 3,76% de recuperação da dívida ativa;

- estruturação das 31 unidades de Saúde da rede própria e unidades administrativas da SESAB com soluções tecnológicas na área da informação e comunicação: CEDAP, Hospital Especializado Mário Leal, Maternidade Tsylla Balbino, Maternidade Albert Sabin, Emergência Mãe Hilda (Curuzu), Emergência de Cajazeiras, Emergência de Pirajá, Hospital João Batista Caribé, Núcleo Regional de Saúde-Salvador, IPERBA, CREASI, CEPRED, CEDEBA, CIAVE, DIVAST, Central Estadual de Regulação, Hospital Ana Nery, Hospital Prado Valadares, Policlínicas de Saúde , Especializado Afrânio Peixoto, Especializado Couto Maia, Especializado Lopes Rodrigues, Especializado Octávio Mangabeira, Geral Cleriston Andrade, Geral de Camaçari, Geral de Ipiaú, Geral de Vitoria da Conquista, Geral Luis Viana Filho, Geral Menandro de Faria, Especializado Juliano Moreira, Regional de Guanambi, Maternidade Tsylla Balbino, Unidades de Emergência Prof. Hosanah de Oliveira;
- realização das 6 ações voltadas à preservação do patrimônio imobiliário do Executivo;
- aquisição dos 5 imóveis públicos para o Poder Executivo: antigo prédio da Desenbahia (Salvador) e quatro unidades imobiliárias da Empresa Baiana de Alimentos S.A – EBAL (Feira de Santana, Senhor do Bonfim, Brumado e Jaguaquara). E ainda o imóvel da Dataprev pela SESAB, não computado na meta;
- implementação dos 4 projetos na área de Gestão Patrimonial que contribuem para a sustentabilidade ambiental:
 1. Produção e manutenção de mudas de espécies vegetais diversas - quantidade de espécies vegetais produzidas.
 2. Programa Plante seu Futuro - quantidade árvores plantadas adotadas pelo funcionário público.
 3. Projeto Cuida de Mim - ações implementadas (melhorias de infraestrutura, transporte do Centro Administrativo da Bahia - CAB, etc...).
 4. Programa Recicle Já Bahia - Medir o número de órgãos/entidades públicas que aderiram à coleta seletiva por ano; Medir o número de órgãos/entidades atendidos com a coleta seletiva que foram monitorados por ano;
- Foi concluída 50% da cobertura de todo Estado com geoinformação temática da agropecuária, através de:
 - 1- Levantamento das agroindústrias das principais cadeias agropecuárias, por território de identidade e desenvolvidas as sinopses das seguintes cadeias: aves, suínos, fruticultura, algodão e milho.
 - 2- Realização de estudos e planejamento das temáticas para o setor. Já foram publicados no site da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura-SEAGRI nove estudos referentes às cadeias produtivas do agronegócio, a exemplo das cadeias do algodão, fruticultura, milho, soja leite, bovinos, aves e suínos, bem como o ranking de produção e de área da agricultura, e da pecuária;
- Reestruturação das 5 unidades da PGE: Sede da PGE, Barreiras, Ilhéus, Juazeiro e Vitória da Conquista com aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, bem como atualização dos equipamentos de informática para a Sede e as Unidades Regionais da Procuradoria Geral do Estado;
- aparelhamento de 7 unidades da PGE: Sede da Procuradoria Geral do Estado (Salvador), Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro,Teixeira de Freitas, Barreiras e Ilhéus;
- estruturação de 12 Consórcios Públicos, por meio da assinatura de convênios, a saber: Consórcio de Desenvolvimento Sustentável - CDS no Litoral Sul, Consórcio do Território do Recôncavo - CTR, CDS Bacia do Paramirim, CDS Irecê, Áreas de Proteção Ambiental -

APAs do Baixo Sul Pratigi e o Consórcio Intermunicipal dos Municípios do Oeste da Bahia - Consid/Umob, Consórcio Intermunicipal do Extremo Sul da Bahia-Construir, Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Intermunicipal do Vale do Rio Gavião - Civalerg, Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina - Cidcd Chapada Forte, Consórcio Público Intermunicipal Somar, Consórcio Público do Território do Velho Chico-CDS Velho Chico e Consórcio Intermunicipal do Médio Rio de Contas -Cimurc. Também foi celebrado convênio com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Paramirim (CDS Bacia do Paramirim), cuja liberação dos recursos se dará no exercício de 2019;

- execução dos 3 Programas por meio de consórcios públicos: Meio Ambiente e Sustentabilidade (licenciamento ambiental), Desenvolvimento Rural Sustentável (regularização fundiária, distribuição de máquinas agrícolas e sistema de inserção municipal) e Infraestrutura para o Desenvolvimento (recuperação e manutenção de estradas);
- implantação do sistema de avaliação de desempenho dos prestadores de serviço de saúde do Planserv;
- implantação do escritório para melhoria dos processos e gerenciamentos dos projetos;
- implantação do sistema de gestão do estado da Bahia - SG Channel.